

VISÃO DO CORREIO

Aumento dos casos de diabetes desafia o país

O diabetes tipo 2 deixou de ser apenas doença crônica para se tornar um retrato da sociedade moderna: sedentária, desinformada e alimentada por ultraprocessados. Segundo a Federação Internacional de Diabetes (IDF), 530 milhões de adultos vivem hoje com essa condição, e o número deve ultrapassar 760 milhões até 2050. No Brasil, já são mais de 16 milhões de pessoas, e as projeções também indicam crescimento constante de pacientes. Um alerta hoje, Dia Mundial do Diabetes: a cada 10 adultos brasileiros, um tem a doença — e metade sequer sabe disso.

A explicação para esse aumento vai muito além da ideia simplista de que “as pessoas comem muito doce”. O avanço da doença resulta de uma combinação explosiva: envelhecimento populacional, obesidade, má alimentação, sedentarismo, urbanização acelerada e desigualdade social.

O Brasil vive uma transição alimentar perigosa. Alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e gorduras, dominam as prateleiras e substituem a comida de verdade. Paralelamente, o trabalho sedentário, o transporte motorizado e a falta de tempo reduzem a prática de atividades físicas. O resultado é um ambiente propício para a obesidade, que favorece o aparecimento de doenças metabólicas.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal escudo da população contra o avanço do diabetes. O país oferece insulina e medicamentos orais gratuitamente, além de programas de acompanhamento em unidades básicas de saúde (UBSs). No entanto, o sistema enfrenta falhas graves: descontinuidade de tratamento, escassez de insumos, ausência de profissionais

especializados e dificuldade de acesso a exames e tecnologias modernas — como sensores contínuos de glicemia.

Em muitas regiões, faltam endocrinologistas, nutricionistas e educadores em diabetes. Assim, o SUS ainda atua mais no tratamento das complicações (como amputações e diálise) do que na prevenção e no controle precoce da doença — realidade que se repete no enfrentamento de outras doenças crônicas.

O tema também ocupa espaço crescente no Congresso Nacional. Entre os principais projetos de lei, destacam-se o PL 3.526/2024, que propõe o fornecimento gratuito de sensores contínuos de glicemia pelo SUS; e o PL 4.565/2024, que assegura o direito de monitorar a glicemia em provas e concursos, sem prejuízo ao candidato. Essas propostas refletem uma mobilização social legítima, mas enfrentam entraves orçamentários e disputas técnicas. O desafio é equilibrar justiça social e viabilidade econômica, evitando que a burocracia adie soluções urgentes.

Culpar o paciente é mais fácil do que enfrentar o verdadeiro problema: um sistema que favorece o adoecimento. Falta regulação da indústria alimentícia, rotulagem clara, políticas de incentivo à alimentação saudável e condições socioeconômicas que facilitem a adoção de hábitos mais saudáveis, como espaços urbanos seguros que estimulem a prática de atividades físicas.

A prevenção, embora mais barata e eficaz que o tratamento, continua subfinanciada. O país investe mais em hemodiálise e amputações do que em hortas escolares e ciclovias. É a lógica invertida de um sistema que trata o sintoma, mas ignora a causa.



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Teste de impunidade

O Brasil vive um momento em que a cobrança por integridade pública não pode ser apenas retórica. A prisão de Alessandro Stefanutto, ex-presidente do INSS, nos desdobramentos da Operação Sem Desconto, recoloca no centro do debate uma verdade incômoda: sem punição efetiva, a corrupção continua sendo um investimento de baixo risco para os agentes públicos. O escândalo bilionário das aposentadorias, que atingiu diretamente milhões de beneficiários do sistema previdenciário, é mais do que um caso policial. É um teste de maturidade institucional.

É necessário não apenas investigar, mas punir com rigor exemplar. Caso contrário, o país reafirmará o ciclo de impunidade que há décadas desmoraliza o serviço público e destrói a confiança do cidadão no Estado. O caso em questão é de uma gravidade atroz. Segundo as investigações da Polícia Federal, a fraude desviou até R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024, atingindo milhões de aposentados e pensionistas. Trata-se da parcela mais vulnerável da população, que depende do benefício mensal para viver com dignidade. O esquema envolvia descontos ilegais em contracheques de pessoas que jamais autorizaram qualquer associação, e prosperou sob a complacência de dirigentes do INSS e entidades privadas. Stefanutto é acusado de receber propinas mensais de R\$ 250 mil de uma das entidades que se beneficiava diretamente do golpe.

É importante frisar que não é um acidente isolado, mas o retrato de um sistema ainda permeável à corrupção e ao descaso

com o dinheiro público. O INSS, uma das instituições mais sensíveis da administração federal, deveria ser sinônimo de amparo social e eficiência. Em vez disso, tornou-se, mais uma vez, palco de conluios que exploram a fragilidade de seus beneficiários e a lentidão dos mecanismos de controle.

A amplitude da fraude expôs falhas estruturais, desde a ausência de fiscalização contínua até a concessão de autorizações em massa sem checagem biométrica eficaz, passando pela interferência política em cargos técnicos. O Brasil já viveu experiências semelhantes, como a manipulação de fundos de pensão e o desvio em programas sociais, e em quase todos os casos, a punição foi lenta, parcial ou esquecida. A repetição desses ciclos mostra que, sem consequências concretas, a corrupção não é exceção. Vira método.

A resposta do governo, ao anunciar a devolução dos valores indevidos e a extensão de prazos para contestação, é necessária, mas não basta. Receber o dinheiro é reparar o dano imediato, não corrigir o vício de origem. É preciso reformar os mecanismos de controle, garantir transparência nos convênios firmados com entidades representativas e blindar os sistemas de benefícios contra ingerências políticas. E, acima de tudo, é preciso julgar e punir.

A impunidade é o maior estímulo ao crime de colarinho branco. O caso do INSS oferece ao país mais uma oportunidade de inverter a lógica, a de mostrar que, finalmente, a lei vale também para os que mandam.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Facções criminosas

Cabe aos especialistas da área debaterem a pauta de segurança pública. Entretanto, o que é pronunciado por nossos representantes políticos costuma ser um verdadeiro show de descompromisso com o que realmente importa, cabendo aos cidadãos interpretar os verdadeiros interesses. No contexto da confusão criada ao tentar misturar crimes de facções com terrorismo, sob o pretexto de aumentar as penas, é necessário resgatar o recente episódio da operação no Rio de Janeiro. Quantos líderes (“terroristas”) foram presos naquela operação? Houve retomada do território? Caso a resposta fosse positiva, certamente seria uma excelente foto para 2026, com o lançamento do “Consórcio da Paz” realizado no Complexo do Alemão — o que não ocorreu por razões óbvias. Dito isso, o recuo do relator da matéria na Câmara dos Deputados, especialmente nos pontos que limitavam as ações da Polícia Federal e criavam confusões na Lei Antiterrorismo, demonstra o quanto os discursos estão desalinhados de propostas que realmente visem interromper os crimes organizados, os quais não se restringem ao narcotráfico. A elevação das penas é um caminho válido, desde que inserida em uma estratégia conjunta, sob coordenação do governo federal, eficaz para prender e condenar os envolvidos.

» **Daniel Cunha**
Águas Claras

Bolsa Família

O programa Bolsa Família é um excelente sistema de ajuda às pessoas mais vulneráveis financeiramente, mas poderia ser aprimorado. Assim como acontece em alguns países europeus, e também nos EUA, deveria ser destinado somente à compra de alimentos; excluindo-se, inclusive, bebidas. No Brasil, infelizmente, o dinheiro do Bolsa Família é usado para comprar bebidas alcóolicas, cigarros e até para fazer jogos nos sites de apostas. Isso precisa ser mudado. Nos EUA, de acordo com o U.S. Department of Agriculture (USDA), cada dólar gasto com o programa SNAP gera entre US\$ 1,50 e US\$ 1,80 de movimentação econômica extra, dependendo do estado da economia no período analisado. Essa movimentação começa nas fazendas, com o cultivo das lavouras, passando para as fábricas de processamento

desses produtos, levando aos supermercados. Em todo esse processo, existe uma grande massa de empregos gerados no transporte, nas fábricas e nos supermercados. Então, condenar o Bolsa Família é resultado da ignorância e falta de empatia. Porém, o destino dessa ajuda precisa ser melhor avaliado.

» **Antonio Lima**
Águas Claras

Recreio

STF decide se intervalo de professores conta como hora de trabalho. Grande parte dos professores, principalmente os da educação básica, passa grande parte dos recreios trabalhando ou, então, ouvindo recomendações, avisos e outras coisas dos diretores, pedagogos e coordenadores. Ou, então, precisam usar esse tempo do recreio para se locomover de uma escola para outra. E muitos precisam perder finais de semana, feriados ou horas extras para corrigir provas, planejar aulas e preencher relatórios.

» **Sérgio Majeski**
Vitória (ES)

Caesb

A péssima qualidade dos serviços prestados pela Caesb deixa bem clara a queda expressiva do DF no ranking de saneamento básico. Nos últimos tempos, tenho enfrentado problemas constantes com a falta de água e a diminuição da pressão dela em minha residência. Além disso, é comum ocorrerem vazamentos de esgoto e a demora na solução do problema. A falta de água sem aviso prévio se tornou corriqueira, causando transtornos significativos para mim e para minha família. No fim de semana passado, por exemplo, não foi possível usar água em minha casa em pleno domingo, o que foi extremamente inconveniente. É lamentável que, mesmo após inúmeros registros no app da Caesb, ela não tenha tomado medidas para resolver esses problemas de forma eficaz. Peço que tome medidas urgentes para melhorar os serviços prestados à população de Vicente Pires e garanta que os moradores tenham acesso à água de qualidade e serviços de saneamento básico adequados.

» **Artur Benevides**
Vicente Pires

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Em uma mão, um celular; na outra, um sanduíche. Resultado: criança com hipertensão.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

A fraude contra quem depende do INSS é a forma mais cruel de abandono. Quem trabalhou a vida inteira não merece enfrentar a humilhação de ver seu benefício corroído. O governo deveria devolver o valor descontado indevidamente, e não esperar que os beneficiários questionem os descontos.

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

A partir do momento em que a sociedade começa a discutir acerca da “hora do recreio”, como sendo ou não pertencente à jornada de trabalho do professor, não tenho dúvidas de que a carreira vai de mal a pior! Agora é só ladeira abaixo!

Marcolino Neto — Brasília

Julgamentos em tribunal esportivo: estão dizendo nas redes sociais que apostar pode; postar não pode...

Marcos Paulino — Vicente Pires

INSS: a Polícia Federal segue seu trabalho, como vem fazendo há muitos meses, não depende da politicagem de nenhuma CPI.

João Alves — Brasília

Armadilhas no trânsito do DF: muita chuva e pouca iluminação pública.

Eduardo Silva — Cruzeiro

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	(promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/
domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br